

FUNCIONAMENTOS DO DISCURSO FEMINISTA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970

Mariana Jafet CESTARI
(Orientadora): Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana

RESUMO: Este artigo¹ dedica-se à análise dos editoriais dos jornais feministas *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978), produzidos quando o feminismo atuou junto a forças políticas de esquerda em um contexto de ditadura militar e considerados fundadores do projeto feminista brasileiro contemporâneo. Por meio do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso materialista, são apresentadas algumas regularidades do discurso feminista em circulação nestes jornais: o funcionamento da figura enunciativa do porta-voz, fundamental no processo de subjetivação do *nós mulheres* identificadas com o feminismo; o funcionamento da negação no discurso feminista como revelador dos seus confrontos e diálogos com outros discursos; as imagens de *homens* no discurso feminista e suas variações no funcionamento da denúncia e no funcionamento do discurso programático feminista.

Palavras-chave: análise do discurso, discurso fundador, enunciação coletiva, feminismo, resistência.

Discurso feminista brasileiro na década de 1970

O presente trabalho dedica-se à análise dos editoriais dos jornais *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978)², parte da imprensa feminista alternativa. Por meio do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso materialista, nosso objetivo é descrever as regularidades do discurso feminista em circulação nestes jornais³.

¹ Artigo apresentado no 6º SePeG - Seminário de Pesquisas da Graduação - IEL/UNICAMP. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada e publicada nos Anais Eletrônicos do Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, realizado na UFSC entre 4 e 7 de Maio de 2009.

² Os jornais *Nós Mulheres* (referido nas análises pela sigla NM) e *Brasil Mulher* (referido por BM) foram pesquisados em todas as suas edições no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/UNICAMP).

³ As reflexões apresentadas neste artigo são resultantes do projeto de iniciação científica *A constituição do discurso feminista - do pós-1975 ao final dos anos 1980*, financiado pelo PIBIC/CNPq em 2007 e 2008, e do projeto de mestrado *Constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina nas décadas de 1970 e 1980*, iniciado em 2009 com financiamento da FAPESP. Os dois projetos têm como orientadora a Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana.

Partindo da afirmação de Cardoso (2004) de que os jornais feministas refletiam o projeto do movimento feminista, em uma relação intrínseca entre os editoriais destes jornais e as idéias centrais do movimento, e da afirmação de Araújo (2000) de que estes jornais cumpriam o papel de divulgadores, formadores e organizadores do feminismo no Brasil, assumimos a tese de que a construção do discurso feminista nestes jornais é fundamental na constituição do discurso feminista brasileiro deste momento histórico. Esta tese motivou a escolha dos enunciados dos editoriais da imprensa feminista para a constituição do *corpus* desta pesquisa. No entanto, julgamos fundamental assinalar que o movimento e o discurso feminista eram (e são) heterogêneos. Esta afirmação vale também para os dois periódicos em estudo.

Pedro (2006), ao refletir sobre as diferentes interpretações do ressurgimento do feminismo brasileiro na década de 1970, compreendidas como decorrentes dos conflitos entre os grupos atuantes no movimento, aponta que o *Nós Mulheres* foi considerado mais ligado ao feminismo, enquanto o *Brasil Mulher* estaria mais preso às lutas denominadas gerais. A autora afirma: “Evidentemente, essa disputa discursiva promoveu respostas de parte a parte. O jornal *Brasil Mulher* incorporou, progressivamente, temáticas específicas do feminismo, e, desse modo, o *Nós Mulheres*, em vários momentos, reforçou seu comprometimento com a luta pela democracia”. (p.268)

Ao comparar o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher*, Moraes (1996) aponta que o diferencial do *Nós Mulheres* residia em sua explícita definição feminista. No entanto, a maior parte de seus artigos “versava sobre política e condições de vida - reflexões sobre relações afetivas e sexualidade não eram habituais”. (p.7) Segundo a autora, nesta perspectiva, não se distinguia do *Brasil Mulher* e de outros órgãos da imprensa alternativa dirigidos ao público feminino.

Com base nas reflexões de Pêcheux (1982a), nas análises dos jornais feministas, buscamos apreender os gestos de leitura anteriores e sua localização na divisão do trabalho de leitura em nossa sociedade. Com isso, nos propusemos a uma posição de entremeio, que assume a noção de discurso enquanto materialização da articulação entre o ideológico e o lingüístico.

Consideramos tanto as determinações da história sobre os processos discursivos quanto os efeitos do gesto de leitura do pesquisador para a constituição do *corpus* de sua pesquisa. A constituição do *corpus discursivo* e a análise deste *corpus* não constituem dois momentos distintos. Adotamos “uma concepção dinâmica do *corpus* que o considera em constante construção, conforme o desenvolvimento da análise, e que possibilita descrever os regimes de enunciabilidade em sua dispersão, tanto nas regularidades de funcionamento quanto nas rupturas provocadas pelo acontecimento” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p.95). Desta forma, o *corpus* responde aos objetivos da análise e às questões formuladas pelo analista, em um processo em espiral.

Nas análises apresentadas a seguir, exploramos alguns processos discursivos em funcionamento no *corpus* pesquisado: a figura enunciativa do porta-voz no discurso feminista, fundamental no processo de subjetivação do *nós mulheres* identificadas com o feminismo; o funcionamento da negação neste discurso como revelador dos seus confrontos e diálogos com outros discursos; as imagens de *homens* no discurso feminista e suas variações no funcionamento da denúncia e no funcionamento do discurso programático feminista.

Porta-voz: denúncia da opressão das mulheres e anúncio do feminismo

No trabalho do discurso político sobre mecanismos imaginários de constituição de identidades para produzir a representação de um coletivo de identificação, no caso, no processo de formação do sujeito histórico *mulheres* identificadas com o feminismo, ganha lugar a figura enunciativa do *porta-voz*.

Em uma conjuntura de organização de diversos setores sociais contra a ditadura militar e de transgressão das fronteiras do político, a partir do questionamento dos espaços da política e do privado (MORAES, 1996), o feminismo produz um acontecimento histórico e, desta forma, rompe o círculo da repetição da condição das mulheres na sociedade. De forma paralela às considerações de Pêcheux (1982b), em seu texto sobre as revoluções, compreendemos que neste momento de constituição do discurso feminista surgiria a figura do porta-voz:

ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior (PÊCHEUX, 1982b, p.17)

Este porta-voz surge no centro visível de um *nós* em formação, muito mais focado em “falar diante dos seus” em um convite à identificação e à luta política do que em enfrentar embates diretos com o “adversário exterior” na posição de “negociador”, o que pode ser compreendido em parte pelas condições de produção do discurso analisado, de censura de certos dizeres imposta pelo regime militar.

O porta-voz no discurso feminista nos jornais aparece nos enunciados em que o *nós*, em determinada ocorrência (a) inclui o interlocutor, as mulheres

oprimidas que se identificam com o feminismo, e, em outro (b), exclui o interlocutor, representando as feministas editoras do jornal.

A figura do porta-voz insere-se no processo de intermediação da palavra realizada em duas direções – do porta-voz às outras mulheres que se identificam com o feminismo e, em menor medida, como “ator visível”, do porta-voz ao poder constituído. Nesta *dupla visibilidade*, o porta-voz denuncia a opressão ao mesmo tempo em que, a partir do seu lugar legitimado, anuncia, principalmente para as mulheres oprimidas, a superação desta situação de opressão pelo feminismo.⁴

Vejamos os recortes que seguem:

- (i) Refletir os problemas sentidos, vividos e discutidos por todas *Nós (a)* Mulheres é a forma que este jornal está procurando para ser, cada vez mais, um jornal representativo da maioria das mulheres brasileiras. Para tanto, é fundamental que mais leitores *nos (b)* enviem idéias, críticas, comentários e sugestões. (NM, n.2, set/out, 1976)
- (ii) *NÓS (b)* MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para *pensarmos (a)* juntas nas soluções. Sua colaboração é muito importante. (NM, n.1, junho, 1976)

Em (i), “os problemas sentidos, vividos e discutidos” referem-se a todas as mulheres, configurando um *nós inclusivo*, que envolve as editoras do jornal e as mulheres oprimidas que se identificam com o feminismo. No entanto, em seguida instaura-se um interlocutor *vocês* “leitores”, que não faz parte do *nós* para quem devem ser enviadas “idéias, comentários, críticas e sugestões”. Funcionamento similar da figura do porta-voz pode ser observado em (ii), quando quem decide fazer o “jornal feminista” forma um *nós exclusivo* (editoras dos jornais), que afirma este mesmo jornal como um espaço para o *nós inclusivo*, mulheres identificadas com o feminismo, “pensarmos juntas nas soluções” para “nossos problemas”. Nas seqüências discursivas destacadas, a construção da relação imaginária de interlocução, a partir da qual as imagens do locutor e do alocutário representam-se como participantes em uma relação simétrica uniforme, é reforçada e legitimada pela declaração dos jornais feministas de que estão abertos à participação das mulheres que representam.

⁴ Neste trabalho, a denúncia é tomada como forma de enunciação (Payer, 2006). No funcionamento do discurso feminista, a denúncia é fundamental na construção do *nós inclusivo* como lugar de enunciação que permite processos de subjetivação na resistência para as mulheres identificadas com esta posição.

Negação: a presença do discurso do outro

Em seu trabalho sobre o discurso presidencial da República Militar Brasileira (1964-1984), Indursky (1997) discorre sobre o papel revelador do funcionamento da negação no *corpus* que analisa. A autora demonstra que a negação evidencia a presença do *discurso-outro*, em outras palavras, “a negação é um dos processos de internalização de enunciados oriundos de outros discursos, podendo indicar a existência de posições diversas no interior do discurso em análise”. (p.213)

Pudemos analisar o funcionamento de dois tipos de negação no discurso feminista em circulação nos editoriais de *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*. A primeira delas, menos presente em nosso *corpus*, foi a *negação externa*, designação de Indursky (1997: 215-217) para a negação que incide sobre uma *formação discursiva* adversa, estabelecendo fronteiras entre discursos ideologicamente antagônicos. A negação externa “transforma o discurso do outro em seu contrário e como tal o incorpora” (p.217), sendo que a marca da negação é explícita e o discurso do outro é implícito. Compreendemos, em acordo com Pêcheux e Fuchs (1975: 167), que as *formações discursivas* determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura.

No funcionamento do discurso feminista, identificamos a relação de negação externa com o discurso do governo militar, que por vezes não é nomeado como adversário político. No entanto, na negação de enunciados que poderiam ser provenientes da formação discursiva que determina o discurso do governo militar, encontramos indícios deste adversário não-nomeado.

- (iii) Por estas razões somos contra a política de controle de natalidade implantada de cima para baixo sob o nome de prevenção à gravidez de alto risco. *Não* é desta forma que serão resolvidos os principais problemas da mulher trabalhadora no Brasil. (BM, n.8, 1977)
- (iv) É sabido que as empresas sempre utilizaram a mão-de-obra feminina apesar da proibição. Esta lei, na verdade, *não* resolverá a discriminação da mulher no mercado de trabalho; mas servirá apenas para reforçar mecanismos de acumulação. (BM, n.9, 1977)

Em (iii) e (iv) são negadas as justificativas para a adoção das políticas propostas pelo governo militar. O discurso do outro não é explicitado. Metodologicamente, transformamos a negação em afirmação, chegando a enunciados “similares” aos que circulavam no discurso do governo militar: (iii) o programa de prevenção à gravidez de alto risco é uma forma de resolver

os principais problemas das mulheres; (iv) a lei de liberação do trabalho noturno resolverá a discriminação das mulheres no mercado de trabalho.⁵

Em alguns momentos, em especial com a aproximação da aprovação da “Lei da Anistia”, a ditadura militar foi abertamente referenciada.

(v) A SBM defende que a luta feminista no Brasil, hoje, está necessariamente incorporada à luta de todos os setores populares pelo fim da *ditadura militar*.
(*BM*, n.15, 1979)

A eleição da ditadura militar como adversário político foi uma das marcas do feminismo brasileiro. Segundo Sarti (2004: p.36), “uma parte expressiva dos grupos feministas estava articulada a organizações de influência marxista, clandestinas à época, e fortemente comprometida com a oposição à ditadura militar, o que imprimiu ao movimento características próprias”.

Conflitos entre o discurso feminista e a memória discursiva de esquerda

O funcionamento da negação mais presente no *corpus* em análise, por sua vez, estabelece uma relação de tensão entre o discurso feminista em constituição e o discurso de esquerda. Trata-se de um processo de delimitação da concepção de feminismo adotada pelo movimento, em que o discurso feminista ao mesmo tempo em que confronta certos elementos do discurso de esquerda, inscreve seu posicionamento neste campo a partir do distanciamento da imagem que tem de certas vertentes do feminismo internacional.

De forma diversa da negação externa, o discurso de esquerda não constitui uma formação discursiva antagônica à formação discursiva do discurso feminista; funciona como *memória discursiva*, “aquilo que fala antes, em outro lugar”, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2002, p.31).

Nesta perspectiva, afirmamos, a partir da noção de *formação ideológica* de Pêcheux e Fuchs (1975) como “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (p.166) e das considerações dos autores de que estas formações ideológicas “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma

⁵ Nestes dois recortes, também é possível observar a particularização do sujeito principal do movimento feminista no discurso em análise: trata-se de uma mulher em específico, a trabalhadora. Este é um dos elementos que permitem a identificação deste discurso feminista com um discurso de esquerda.

ou várias formações discursivas” (p.167), que o discurso feminista em análise faz parte da formação ideológica de esquerda sem esgotá-la e estabelece uma relação de diálogo e confronto com elementos de saber de outras formações discursivas que compõem esta mesma formação ideológica.

O operador de negação *não* em (vi) funciona como uma pista do *discurso-outro* não explicitado. Vejamos o recorte a seguir:

- (vi) Uma coisa parece clara e a história é quem se encarrega de nos mostrar: a transformação das estruturas econômicas e sociais *não é suficiente* para a libertação de homens e mulheres. Se ela é, sem dúvida, a condição necessária de qualquer revolução, ela, por si só, *não* garante a transformação de todos os níveis da existência humana. (NM, n.8, 1978)

Para efeitos de análise, conforme os procedimentos da Análise do Discurso, explicitamos o enunciado que fica pressuposto na formulação do recorte, a partir do funcionamento do operador de negação e do funcionamento do interdiscurso como efeito de sustentação:

(vi) A transformação das estruturas econômicas e sociais *é suficiente* para a libertação de homens e mulheres e *garante* a transformação de todos os níveis da existência humana.

Este enunciado, confrontado pelo discurso feminista, faz parte da memória discursiva da esquerda, que compreendia que a libertação da mulher seria posterior e até mesmo consequência automática de transformações econômicas da sociedade, conquistadas por lutas da classe trabalhadora. Ainda em (vi), o adjetivo *suficiente* funciona como indício de que o discurso negado é determinado por uma formação discursiva distinta, porém não antagônica. Elaboramos um segundo enunciado que explicita a negação de elementos de saber da mesma formação ideológica:

- (vi) A transformação das estruturas econômicas e sociais é condição necessária, mas não é suficiente para a libertação de homens e mulheres.

As imagens de *homens* no discurso feminista

As imagens de *homens* no discurso feminista aparecem com regularidade de duas formas: como *outro*, relacionado a *mulher/mulheres* por meio de comparações, ou como “parceiro”, que junto com a *mulher/mulheres* deve “lutar” para “eliminar qualquer tipo de opressão”. A primeira imagem de *homens* está mais presente no discurso feminista no funcionamento da denúncia. A segunda imagem de *homens*, por sua vez, corresponde ao *nós programático* do discurso feminista.

Para a análise das imagens, assumimos o conceito de *formação imaginária* de Pêcheux (1969). As formações imaginárias são projeções dos “lugares determinados na estrutura de uma formação social” colocadas em jogo nos processos discursivos. “(...) o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1969, p.82, grifos do autor).

Como outro, *homens* faz parte do processo de identidade de *mulheres feministas* por meio da diferenciação, pois o processo de identificação do sujeito consigo mesmo é “simultaneamente, uma identificação com o outro (com o minúsculo) enquanto outro ‘ego’, origem discrepante, etc.: o efeito-sujeito e o efeito de ‘intersubjetividade’ são, assim rigorosamente contemporâneos e coextensivos”. (Pêcheux, 1988, p.167)

As comparações entre as condições de *homens e mulheres* na sociedade são recorrentes. Abaixo, as expressões *mais que* e *menos que* marcam a desigualdade salarial denunciada pelo discurso feminista:

- (vii) Apesar das importantes modificações que o trabalho da mulher fora de casa traz, tais como maior contato com outras pessoas e com os problemas mais gerais e coletivos, ela continuou sofrendo discriminações, seja no salário *mais* baixo *que* o dos homens pelo mesmo serviço, seja no tipo de trabalho em que é levada a trabalhar em função ditas femininas e auxiliares, como as de professoras, enfermeiras, empregadas domésticas, etc. (BM, n.10, dezembro, 1977)
- (viii) A mulher fica isolada em casa, sem saber muito bem o que fazer contra a carestia da vida, a falta de escolas e creches, os buracos na rua, a luz elétrica que não foi colocada, etc. Quando sai para trabalhar, porque o salário do marido não dá para viver, a mulher aceita ganhar *menos que* os homens pelo mesmo trabalho sem saber que isto prejudica a todos os trabalhadores. (NM, n.4, mar/abr, 1977)

No programa expresso e construído pelo discurso feminista em questão, o sujeito histórico que transforma a situação de opressão das mulheres é constituído por homens e mulheres, preferencialmente da classe trabalhadora. Esta identificação entre *homens e mulheres*, que poderia parecer contraditória ao processo de subjetivação das *mulheres* identificadas com o feminismo, justifica-se pela articulação do feminismo da década de 1970 no Brasil com as forças de esquerda e às políticas de aliança do feminismo na luta pelo fim da ditadura militar. Deste modo, o sujeito *nós mulheres* identificadas com o feminismo se constituiria também a partir da identificação com a luta de classes e por democracia. Por sua vez, a construção discursiva deste sujeito histórico não significava negar o papel da auto-organização das mulheres.

- (ix) É evidente, entretanto, que *homens e mulheres* estão unidos por sua origem social, isto é, pertencer às camadas trabalhadoras é bem diferente de ter nascido no meio da riqueza. Se *homens e mulheres das camadas trabalhadoras, juntos*, lutassem por melhores salários, por creches e por escolas para as crianças, por refeições nos locais de estudo e trabalho, etc. as condições de vida seriam muito melhores, as despesas poderiam ser repartidas, o trabalho doméstico seria realizado mais rapidamente e todos teriam mais tempo para estarem juntos, para brincarem com as crianças, para ler, ver televisão e ir ao cinema, pois o lazer é um direito de quem trabalha. (NM, n.4, 1977)
- (x) Cabe, pois, às mulheres assumir maior participação na vida econômica, política e social, procurando desenvolver cada vez mais a crítica permanente e geral na solução coletiva dos problemas de nossa sociedade, tendo em vista a eliminação de qualquer tipo de opressão. Essa é, portanto, uma *tarefa que pertence a Homens e Mulheres*. A mulher nunca conseguirá libertar-se se não houver a libertação de todos os trabalhadores. O desenvolvimento da consciência e da participação da mulher multiplica as possibilidades de transformação da situação atual. (Comunicado conjunto BM e NM, 1977)

Em (x), a negação funciona em relação a uma imagem do discurso feminista dos Estados Unidos e da Europa em circulação no Brasil, como veremos a seguir. A atuação conjunta dos “homens e mulheres das camadas trabalhadoras” em (ix) está contraposta à atuação das mulheres, *de forma separada dos homens e contra os homens*, na memória discursiva sobre certas vertentes do feminismo internacional. O funcionamento da negação nestes casos pode ainda indicar os debates internos ao próprio movimento feminista.

Discurso feminista brasileiro e imagens do feminismo internacional

É recorrente nos editoriais dos jornais feministas o debate acerca do que deva ser o programa feminista brasileiro e as polêmicas em torno do feminismo. A imagem de *feminismo* no discurso feminista se constrói em diálogo e confronto com os sentidos sobre feminismo em circulação na sociedade: nos jornais de referência⁶ sobre as manifestações feministas nos Estados Unidos e na Europa; nos textos lidos por militantes brasileiras exiladas, fotocopiados e enviados para os coletivos feministas no Brasil; nos jornais alternativos que divulgavam o feminismo na década de 1970; na imprensa feminina, entre outros.

O discurso feminista brasileiro afirmava-se muitas vezes a partir da diferenciação que estabelecia com a imagem que fazia de algumas vertentes do

⁶ *Jornal de referência* é um termo empregado por Mariani (1998). Constituem propriedades deste discurso jornalístico “sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, (...) sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes” e “o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade” (p.63)

feminismo na Europa e nos EUA e com imagens negativas de feminismo veiculadas nos jornais de referência e mesmo nos jornais da oposição⁷. No discurso feminista brasileiro, certas vertentes do feminismo internacional elegeriam os homens como adversários políticos, como pode ser lido no recorte abaixo.

- (xi) *Existem movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, que acham que a mulher deve se organizar para lutar contra o homem. Os que falam que o feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos, estão provavelmente pensando nesse tipo de feminismo. Mas não pensarem, não percebem que esse tipo de feminismo não só não serve aos países subdesenvolvidos como não serve a nenhum tipo de país, pois coloca a luta da mulher de uma forma incorreta.* (NM, n.6, 1977)

Interessante neste recorte é analisar a indeterminação do sujeito que questiona o feminismo: “*os que falam*”. Mais uma vez está posta, centralmente, a tensão (e busca de convencimento) do discurso feminista com o discurso da esquerda enquanto memória discursiva.

Mais que um começo

- (xii) Vencidas as dificuldades iniciais, é como escreveu uma companheira: “Hoje já é possível pensar em mim sem esquecer de você ou de todas nós, pensar em todas nós sem me sentir dividida na luta política mais ampla, e pensar em política sem que para tal tenha que me esquecer de mim ou de nós. E isso já é muito mais que um começo”. (NM, n.5, 1977)

Para finalizar, trazemos um recorte que apresenta uma espécie de balanço deste novo sujeito mulheres feministas. Como demonstramos neste trabalho, tornou-se possível “pensar” (e *dizer*) em “todas nós”. Em outras palavras, os jornais feministas fizeram parte de um processo de construção de um lugar de enunciação público e político das mulheres. Como historicamente a mulher foi identificada com o espaço privado e este espaço foi subordinado ao espaço público, ocupado majoritariamente por homens, a construção de um lugar de enunciação público interveio na relação de forças entre sentidos em nossa sociedade. Este lugar de enunciação tornou politizado e dizível publicamente o não-dizível até aquele momento.

⁷ SOIHET (2005) demonstra, por exemplo, que o jornal *O Pasquim* voltou-se contra o feminismo, ridicularizando suas militantes, consideradas “masculinizadas, feias, despeitadas”, o que contrastava com a atitude considerada libertária do jornal.

Referências Bibliográficas:

- ARAÚJO, M. P. N. (2000) *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CARDOSO, E. P. (2004) *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. São Paulo: Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.
- INDURSKY, F. (1997) *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- MORAES, M. L.Q (1996). *Marxismo e feminismo no Brasil*. Campinas, Ed. do IFCH-UNICAMP.
- ORLANDI, E. P. (2002) *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- PAYER, M. O. (2006) “Escrever, (d)enunciar a verdade, sugerir sentidos”. In: MARIANI, Bethania (org.) *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise*. São Carlos: Editora Claraluz, p.59-70
- PECHÊUX, M (1969) “Por uma análise automática do discurso”. In: Gadet e Hak (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. Unicamp, 1997. p.61-162
- _____. (1982a) “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, E.P. (org.) [et al] *Gestos de Leitura – Da história no discurso*. Tradução: Bethania S.C. Mariani [et al] 2ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p.55-66
- _____. (1982b). “Delimitações, inversões e deslocamentos”. Trad. José Horta Nunes. In: *Caderno de Estudos Lingüísticos 19 – O discurso e suas análises*. Org. Eni Pulcinelli Orlandi e João Wanderley Geraldi. Campinas, 1990, p.7-24
- PÊCHEUX & FUCHS (1975). “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas”. In: Gadet e Hak (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. p.163-252
- PEDRO, J. M. (2006) “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.26, n°52, p.249-272
- SARTI, C. (2004) “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. In: *Revista de Estudos Feministas*, maio-agosto, ano/vol.12, numero2. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.35-50
- SOIHET, R. (2005) “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”. *Revista de Estudos Feministas*, vol.13, n.3, p.591-612.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. (2005) “Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação”. In: Guimarães; BRUM-DE-PAULA, M.R. (orgs). *Sentido e Memória*. Campinas, Pontes Editores, p.93-115.